

DIREITO TRIBUTÁRIO

PROVA PRÁTICO – PROFISSIONAL



SEU CADERNO

Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da peça prático-profissional e das quatro questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas.



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipod, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do examinando.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos examinandos na lista de presença.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local e aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.
- Boa prova!

***ATENÇÃO:** ANTES DE INICIAR A PROVA, VERIFIQUE SE TODOS OS SEUS APARELHOS ELETRÔNICOS FORAM ACONDICIONADOS E LACRADOS DENTRO DA EMBALAGEM PRÓPRIA. CASO A QUALQUER MOMENTO DURANTE A REALIZAÇÃO DO EXAME VOCÊ SEJA FLAGRADO PORTANDO QUAISQUER EQUIPAMENTOS PROIBIDOS PELO EDITAL, SUAS PROVAS PODERÃO SER **ANULADAS**, ACARRETANDO EM SUA **ELIMINAÇÃO** DO CERTAME.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

A empresa Cacimbinhas Ltda explora a atividade do comércio de raquetes. Seu estabelecimento matriz está situado na cidade de Santa Cruz do Sul – RS e a filial na cidade de Porto Alegre – RS. Ocorre que a referida empresa em janeiro de 2012 realizou a venda de 5.000 mil raquetes para a Escola Marista São Luís. Apesar da venda ser concretizada e o valor percebido pela empresa, a mesma deixou de constituir e recolher o montante de R\$ 60.000,00 de ICMS para o Estado do Rio Grande do Sul. Ato posterior, mais precisamente em abril de 2020, a Fazenda Estadual lavrou auto de infração frente a empresa para que a mesma viesse a recolher o tributo devido, este acrescido de multa no percentual de 200% sobre o valor devido, totalizando saldo de R\$ 180.000,00. Uma vez notificada a empresa simplesmente ignorou tal autuação. Inscrita em dívida ativa, o Estado do Rio Grande do Sul promoveu execução fiscal em maio de 2020 ajuizada na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Santa Cruz do Sul – RS. Citada e restando inerte quanto ao pagamento e/ou apresentação de bens em garantia, ocorreu à penhora de bens da empresa. Você foi contratado pela empresa para exercer sua defesa, considerando que a intimação da penhora ocorreu à 60 dias atrás e necessita de dilação probatória. **(Valor: 5,00)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

A instituição Cambinhas Ltda, instituto de assistência social sem fins lucrativos, promove a assistência de crianças em estado de vulnerabilidade. Quando do exercício de suas atribuições e cumprindo suas finalidades essenciais, acaba por locar um dos seus imóveis para a empresa Ceisc Ltda, empresa está inclusive com representação na bolsa de valores (capital aberto). Ainda inobstante a locação realizada, permanece com alguns imóveis de sua propriedade temporariamente ociosos. Sobre o presente caso, responda:

- a) Considerando o cumprimento das finalidades essenciais e aqueles previstos na lei haverá incidência de IPTU sobre o imóvel locado para a empresa Ceisc Ltda? Justifique sua resposta. **(Valor 0,60)**
- b) Sobre as propriedades temporariamente ociosas da instituição, haverá incidência de IPTU? Justifique sua resposta. **(Valor 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Guilherme Pedrozo da Silva é proprietário de um veículo da marca Bugati. Tal veículo foi importado diretamente da cidade de Los Angeles - EUA no ano de 2018. Ocorre que no final do ano de 2019, Guilherme Pedrozo da Silva recebe informação que no início do ano de 2020 terá que pagar 100 mil reais de IPVA, mesmo considerando que as estradas e rodovias que circula habitualmente encontram-se em péssimo estado de conservação. Sobre o presente caso, responda:

- a) Poderá Guilherme Pedrozo da Silva condicionar o pagamento do IPVA com as melhorias das entradas e rodovias? Justifique sua resposta. **(Valor 0,60)**
- b) Poderá o Estado Competente cobrar mais IPVA de Guilherme Pedrozo da Silva considerando que o seu veículo tem procedência estrangeira? Justifique sua resposta. **(Valor 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Preocupado com a grave crise financeira que estabeleceu-se em nosso país, o então Presidente da República resolve por meio de Medida Provisória criar o Empréstimo Compulsório Calamidade Pública que deverá ser satisfeito à partir de sua publicação, nos termos da medida, por todo cidadão brasileiro. Guilherme Pedrozo da Silva preocupado com a medida instituída pelo Chefe do País, procura você advogado para que opine sobre a mesma. Sobre o presente caso, responda:

a) É possível a instituição do Empréstimo Compulsório Calamidade Pública por meio de Medida Provisória?

(Valor 0,60)

b) O referido Empréstimo Compulsório poderá ser exigido de imediato, ou seja, à partir da sua publicação?

(Valor 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

O Governo Municipal de Vera Cruz - RS aprovou e publicou norma em 01 de novembro de 2018, com vigência à partir de 01 de janeiro de 2019, cujo a mesma majorou as alíquotas do IPTU devido pelos contribuintes, atribuindo percentuais diferentes em razão do valor do imóvel. O fato gerador do referido imposto ocorre todo primeiro dia útil de cada ano. Sobre o presente caso, responda:

a) Pode a lei municipal estabelecer alíquotas diferenciadas em razão do valor do imóvel de cada contribuinte?

(Valor 0,60)

b) Guilherme tem uma casa no referido município. Poderá a lei municipal já ter vigência para o fato gerador ocorrido em 01/01/2019? **(Valor 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

